HALLIDAY, Fred. Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power. London: Macmillan, 1999.

Resenhado por Guilherme Thudium[1]

Em *Revolution and World Politics*, Fred Halliday oferece uma reavaliação do papel das revoluções no mundo moderno, traçando as origens e a evolução do conceito desde a Revolução Francesa até as revoluções terceiro-mundistas da década de 1970 e o colapso do comunismo. Nascido em Dublin, em 1946, e falecido em Barcelona, em 2010, Halliday fez parte de um seleto grupo de acadêmicos europeus que adotaram uma perspectiva teórica crítica no estudo das Relações Internacionais (VISENTINI, 2010). Graduado em Estudos Orientais pela School of Oriental and Asian Studies (SOAS) da Universidade de Londres e Doutor pela London School of Economics and Political Science (LSE), onde lecionou por mais de 20 anos, Halliday era um grande linguista e insaciável pesquisador, além de profundo conhecedor do Oriente Médio e do Terceiro Mundo como um todo.

O estudo aqui resenhado aprofunda o sexto capítulo de uma das suas obras mais celebradas, *Rethinking International Relations* (1994, com tradução para o português pelo NERINT/UFRGS, 1999), e é divido em três partes. A primeira delas é dedicada a uma reconstrução histórica e intelectual da ideia de "revolução", tendo como referência o momento constitutivo de 1789 e a sua centralidade no Sistema Internacional, bem como para qualquer entendimento das Relações Internacionais. A segunda parte analisa tópicos mais amplos que ajudam a explicar o comprometimento internacional das revoluções e a sua complexa relação com

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Visentini. Pesquisador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

essa dimensão. A última parte conclui a obra com uma análise das implicações do estudo desenvolvido para o campo da Teoria das Relações Internacionais e para a história contemporânea, reforçando a relevância contínua do seu aprofundamento.

Como aporte teórico, Halliday elenca três obras que considera fundamentais para o estudo das revoluções: *States and Social Revolutions (1979),* de Theda Skocpol; *The Social Origins of Dictatorship and Democracy (1967),* de J. B. Barrington-Moore; e Der Neuzeitliche Revolutionsbegriff, Entstehung und Entwicklung, do teórico alemão Karl Griewank. *Ele* oferece ainda uma revisão crítica de outras abordagens sobre o tema, como as propostas por Henry Kissinger, David Armstrong, Kim Kyuong-won, Stephen Walt, Richard Rosecrance, James Rosenau e Immanuel Wallerstein.

A tese de *Revolution and World Politics* é a de que as revoluções, assim como os Impérios, a guerra e o nacionalismo, moldaram o desenvolvimento da política mundial e do Sistema Internacional. Ao contrário de outros processos formadores do sistema moderno, contudo, cuja ligação com o mesmo não é necessária ou permanente, as revoluções influenciam permanentemente a formação do sistema de forma a torná-lo mais forte evoluído. Por essa razão, Halliday argumenta que qualquer discussão de política internacional que não as considere estará não apenas incompleta, mas fundamentalmente distorcida.

Todavia, o papel das revoluções no Sistema Internacional vem sendo sistematicamente subestimado. Ausentes no ensino teórico da política internacional e das Relações Internacionais, as revoluções não podem ser vistas como uma anomalia, ainda que configurem uma exceção sistêmica, pois acontecem recorrentemente na história – desde a Revolução Americana, que reproduziu a ideia de soberania do povo latente no final do Século XVIII, assim como a Revolução Francesa, até as "Revoluções Tardias" do final da Guerra Fria.

Referenciando Martin Wight e uma das obras-chave da Escola Inglesa de Relações Internacionais, *Power Politics* (1978), na qual Wight desenvolve a questão da permanência histórica das revoluções, tem-se que, se considerarmos 1492-1517, 1643-1792 e 1871-1914 como períodos não-revolucionários e 1517-1648, 1792-1871 e 1916-1960 como revolucionários, vemos que na maior parte da história do Sistema Internacional as relações entre os Estados não têm sido determinadas

pelos fatores "normais" – segundo Wight, o direito, o costume e a política de poder –, mas pelos "anormais", as revoluções.

A solução aparentemente pacífica a que se chegou no pós-Guerra Fria, portanto, envolveu décadas, ou mesmo séculos, de conflitos inter e intraestatais para ser obtida, e em nenhum país do Sistema Internacional o caminho para a modernidade ocorreu sem guerra ou convulsões sociais. A história mundial e do Sistema Internacional, assim, é marcada por um ciclo de dissoluções e recomposições, onde cada fase é uma reação à etapa anterior; e nessa linha de continuidade, as revoluções, enfatiza Halliday, marcam o caminho da história moderna.

As revoluções produzem uma abertura que possibilita a formação de uma nova ordem. O fundamento de uma revolução como mecanismo de mudança fundamental nas relações entre o Estado e a sociedade, segundo Halliday, tem suas origens no marco constitutivo do final do Século XVIII. Mesmo que as revoluções Americana e Inglesa tenham criado modelos para o Estado e para o povo, a Revolução Francesa e, posteriormente, a Revolução Russa de 1917 criaram modelos de Estado-nação. As revoluções, portanto, desafiam o Sistema Internacional e invocam concepções alternativas às Relações Internacionais, dentro de um quadro de transformação estrutural de uma ordem para outra. Essa transformação, explica Halliday, se da na forma de uma mudança brusca e geralmente – porém não necessariamente – violenta.

O significado e o uso do termo revolução sofreu modificações ao longo dos séculos. Em vista disso, Halliday oferece uma análise de como esse termo evoluiu. Dentro dessa amplitude conceitual, a definição de revoluções utilizada pelo autor pode ser encontrada na introdução da obra: "grandes transformações políticas e sociais, no contexto de uma modernidade contraditória, que envolvem a participação em massa e a aspiração de estabelecer uma sociedade radicalmente diferente" (HALLIDAY, 1999, p. 21, tradução nossa). De acordo com Halliday, ainda, as revoluções ocorrem quando existem duas condições gerais: a revolta dos dominados ou a impossibilidade de os governantes continuarem governando.

O esforço metodológico de Halliday, expõe Paulo Visentini (2016), sugere quatro instrumentos a serem utilizados como elementos de pesquisa: (1) *causa*: até que ponto o elemento "internacional" produz a revolução; (2) *política externa*: como os Estados Revolucionários conduzem as relações com outras nações; (3)

respostas: qual é a reação dos outros Estados; (4) *formação*: como num período mais longo os fatores internacionais e sistêmicos constrangem o desenvolvimento interno pós-revolucionário dos Estados e condicionam sua evolução política, social e econômica.

Ao contrário das guerras e do nacionalismo, as revoluções reivindicam algo novo. Halliday explica que, desde os revolucionários franceses no final do Século XVIII até os revolucionários iranianos no final do Século XX, os Estados revolucionários formularam mudanças de longo alcance tanto no âmbito doméstico como no internacional. O elemento internacional, assim, é fundamental para a eclosão de revoluções, e muito explorado na obra: as revoluções, afirma Halliday, são sempre eventos internacionais e precisam ser concebidas nesse contexto. A cadeia interativa entre o Sistema Internacional e o doméstico é exemplificada pela sequencia de eventos do final Século XVIII e início do Século XIX: as guerras de 1760, somadas ao fermento ideológico da época – o "impacto das ideias", também muito explorado por Halliday – contribuíram para a Revolução Francesa, que por sua vez levou às Guerras Napoleônicas.

Ao longo da história moderna, o destino das revoluções esteve sempre interligado ao do Sistema Internacional: as revoluções alteram as relações entre Estados e nações, bem como as normas e maneiras pelas quais Estados e sociedades interagem. Ao afirmar que as revoluções são eventos internacionais e precisam ser vistas neste contexto, Halliday tenta provocar uma revisão do nosso entendimento do Sistema Internacional como um todo, assim como da própria disciplina de Relações Internacionais.

O próprio internacionalismo nasce a partir de uma visão que emerge com o Iluminismo e a Revolução Francesa de 1789. A Revolução Francesa, ainda, ajudou a criar "tipos ideais" de organização política, incluindo modelos variados de democracia, governança e cultura política que se encontram hoje no coração da organização do Sistema Internacional moderno através de práticas e instituições forjadas pelo Ocidente. Seu ideário, discorre Halliday, viria a definir o discurso político moderno por dois séculos, conferindo o caráter meta histórico das revoluções.

Todas revoluções produzem uma ideologia que, além de provocar uma transformação social interna, as projetam na esfera internacional. As revoluções francesa, russa, chinesa e no Terceiro Mundo produziram convulsões sociais com

alcance global (IKENBERRY, 2000). Logo, central para a análise das ideias no estudo de Halliday é a exportação da revolução – a promoção da mudança em outros estados. Os Estados revolucionários, afirma Halliday, buscam sempre exportar a revolução. De forma inovadora, o autor traz uma análise comparativa da política externa destes Estados, seguindo a famosa afirmação de um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América, Thomas Paine, de que o mais importante impacto internacional das revoluções reside na força do exemplo.

A política externa de um país revolucionário geralmente contrapõe a diplomacia secreta, realista e tradicional. Ela é diferente, porém, pois seus objetivos são distintos, e não porque utilizam métodos diferenciados; e também não significa que é menos intensa: Napoleão, lembrou Halliday, veio a ter o serviço diplomático mais extenso e sofisticado do mundo, com missões desde os Estados Unidos até à Ásia. A guerra, nesse sentido, como as Guerras Napoleônicas, pode servir como um *instrumento* da revolução, na forma de uma ofensiva revolucionária que a utiliza como forma de exportar a revolução, além de servir também como *catalisador e consequência* de revoluções.

Todas as revoluções provocam uma reação, dentro do país e externamente, que perdura enquanto a revolução existir: a contrarrevolução. A contrarrevolução surge também a partir da Revolução Francesa, notavelmente nos escritos de Edmund Burke. O Congresso de Viena de 1815, para Halliday, pode ser visto como uma forma de legitimação da contrarrevolução: seu objetivo era re-estabilizar o Sistema Internacional, em uma tentativa de reverter o que havia sido alcançado pela Revolução Francesa, assim como o Tratado de Versalhes de 1919 também simbolizou uma intervenção contra o regime Bolchevique na Rússia. Nessa linha, como aponta David Armstrong (1993), a revolução é constantemente compelida a se adaptar ao sistema vigente, que cria anticorpos com o intuito de evitar novas perturbações.

Isso se deve ao fato de que, a longo prazo, os Estados revolucionários representam um desafio para os outros Estados, pois eles perturbam a ordem existente. Para Burke, a própria existência do regime revolucionário implica sua hostilidade perante ao Sistema Internacional. Tal avaliação nos transporta para uma das conclusões mais importantes da obra de Halliday: a ideia de *ruptura*. Por ser uma exceção, a revolução rompe com a lógica do Sistema Internacional, desafiando comportamentos e o status quo, e este, por esses motivos, a rejeita. Para Halliday,

as revoluções são, frequentemente, arbitrárias, violentas e caóticas pois representam a desconstrução de uma ordem e, ultimamente, obrigam a criação de um Estado ainda mais forte, bem como de um sistema igualmente mais resistente.

Nessa linha, Halliday afirma que a Revolução Francesa de 1789 constituiu uma rejeição dos Tratados de Westfália de 1648, enquanto que o Congresso de Viena de 1815 constituiu uma reação aos eventos de 1789, que por sua vez foi desafiado pelas revoluções de 1848. Já a Revolução Russa de 1917, expõe Halliday, estabeleceu a fissura fundamental das Relações Internacionais do Século XX: a história do século passado, do fim da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1980, foi quase toda, embora não exclusivamente, uma resposta do Sistema Internacional à revolução. A Guerra Fria, lembra Ikenberry (2000), se deu tanto pelo choque entre a Revolução Bolchevique e o Ocidente como pelo equilíbrio de poder entre as duas superpotências. Em outras palavras, foi a revolução que quebrou o molde do mundo pós-1945 e anunciou um novo período histórico.

Em *Revolution and World Politics*, portanto, Halliday não qualifica as revoluções como erros ou desvios, mas sim como parte do processo formativo dos Estados modernos, da política moderna e do Sistema Internacional moderno. Os grandes analistas, como Fred Halliday, discorre Visentini com propriedade (2016, p. 98), "estudaram a revolução não sob um prisma político-ideológico, mas como um fenômeno político de luta pelo poder. Assim, conseguem compreender e formular estratégias adequadas à realidade".

Referências

ARMSTRONG, David. **Revolution and World Order: The Revolutionary State in International Society.** Oxford: Oxford University Press, 1993.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: NERINT, 1999.

IKENBERRY, G. John. Capsule Review: Revolutions and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power. **Foreign Affairs**, May/June 2000.

WIGHT, Martin. **Power Politics.** Harmondsworth: Holmes & Meier, 1978.

VISENTINI, Paulo. Tributo a Fred Halliday. **Conjuntura Austral**, v. 1, n. 1, ago./set. 2010.

_____. O Impacto das Revoluções na Ordem Mundial: uma ausência nos Estudos de Defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2016.